

CPI do Banestado tenta mais uma vez convocar o ex-governador Paulo Maluf

Reunião da comissão parlamentar de inquérito está marcada para as 13h de amanhã. Nos últimos dias, a CPI não conseguiu se reunir por falta de quórum.

Página 4



Moreira Alariz

Senadores da comissão de inquérito devem votar vários requerimentos

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.964 – Brasília, segunda-feira, 28 de junho de 2004

LDO prevê reajuste do mínimo conforme o PIB

O crescimento da economia brasileira, medido pelo produto interno bruto (PIB), pode definir o reajuste anual do salário mínimo. A proposta é do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador Garibaldi Alves Filho. O Congresso Nacional só poderá entrar em recesso após a votação da LDO.

Página 3

Consequências do alcoolismo

– Os efeitos do álcool no organismo têm duas fases: estimulante e depressora. Na primeira, os sinais são de euforia, desinibição e facilidade ao falar. Na segunda, falta de coordenação motora, descontrole e sono. Em excesso no organismo, o álcool pode levar ao coma.

– O abuso do álcool está relacionado a 350 doenças. As mais frequentes são do fígado, aparelho digestivo e sistema cardiovascular.

– Quanto mais precoce é o uso de qualquer droga, maior a probabilidade de desenvolver tolerância.

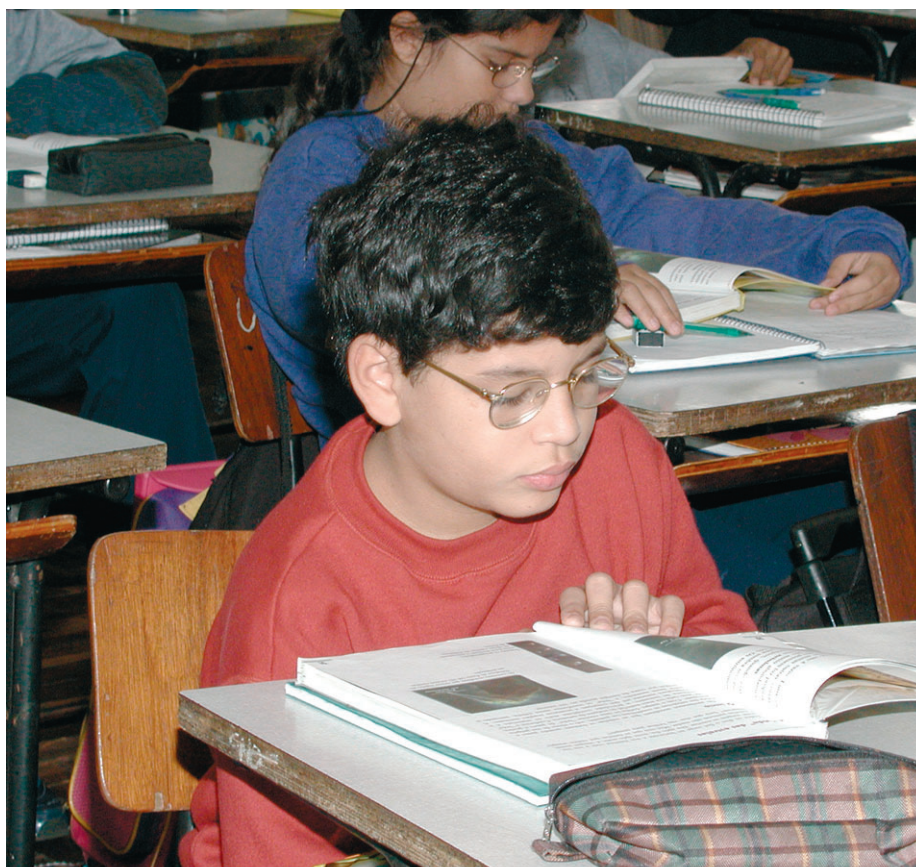
– Um terço dos bebês de mães dependentes de álcool nasce com Síndrome Fetal pelo Alcool. Os recém-nascidos dormem e mamam pouco e apresentam tremores e sinais de irritação.

Fonte: Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Alcoólicos Anônimos.

Cidadania traz os riscos do consumo de álcool

O Especial Cidadania de hoje discute o alcoolismo. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), os brasileiros começam a beber, em média, aos 11 anos. Além de provocar o aumento do número de acidentes no trânsito, o consumo de álcool está relacionado a doenças do fígado e do coração.

Página 8



Roque de Sá

CAE examina fim do limite à dedução de gasto com educação

Na reunião de amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar dois projetos relacionados à educação. O primeiro põe fim ao limite para dedução com despesas educacionais do pré-escolar a cursos profissionalizantes. A segunda proposta garante a implementação do seguro educacional. O capital segurado seria aplicado no pagamento das mensalidades.

Página 6

Objetivo dos dois projetos a serem votados na CAE é estimular a educação no país

PLENÁRIO

Senadores podem finalizar esta semana a votação do projeto da nova Lei de Falências e da PEC que reduz o número de vereadores no país

Página 5

José Cruz



BENEFÍCIOS Terminal de cargas irá dinamizar a economia do Espírito Santo, diz Marcos Guerra

Marcos Guerra destaca criação de porto seco em Colatina

O município de Colatina, no Espírito Santo, terá em breve um terminal de cargas que, por meio de vias férreas, permitirá o transporte de granito, madeira, café e bens industrializados, informou o senador Marcos Guerra (PSDB-ES). O porto seco agilizará o escoamento de produtos do norte e noroeste do estado, leste de Minas Gerais e toda a Região Centro-Oeste do país. De acordo com o senador, as obras começaram em maio, com apoio da prefeitura municipal de Colatina e recursos da iniciativa privada.

O terminal terá capacidade para movimentar cerca de 200 mil toneladas de granito, 150 mil de madeira e 50 mil de cargas diversas. Marcos Guerra disse que os investimentos iniciais serão divididos entre a Centro Norte Armazéns e a Companhia Vale do Rio Doce.

Para o senador, a geração de empregos, a circulação das cargas pesadas pelas ferrovias, liberando as rodovias, e o aumento da arrecadação do ICMS serão algumas das vantagens imediatas do projeto.

Agenda

Lei de Falências prevista na pauta de amanhã

A sessão de hoje, com início às 14h30, será destinada aos discursos de parlamentares, sem a votação de matérias. Amanhã, no mesmo horário, o Plenário retoma o exame das emendas apresentadas pelos senadores ao projeto de Lei de Falências (PLC 71/03). Está prevista ainda a discussão do projeto que trata do registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais (PLS 7/03).



Comissão de Relações Exteriores analisa nome para a Abin

Amanhã, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa a indicação de Mauro Marcelo de Lima e Silva para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), no lugar de Marisa del'Isola. O colegiado examina ainda

designações para cargos de embaixadores do Brasil no exterior. Foram sugeridos os nomes de Tilden José Santiago para as embaixadas de Antígua e Barbuda; e de Leda Lúcia Martins Camargo para a República de Seicheles.

Prêmio Prefeito Amigo da Criança

Na quarta-feira, às 10h, será realizada a cerimônia de entrega do Prêmio Prefeito Amigo da Criança pela Fundação Abrinq. No evento, serão premiados com o selo Prefeito Amigo da Criança 126 municípios de todo o Brasil que se destacaram com ações nas áreas de saúde, educação e assistência social, em favor da infância e da adolescência, durante o mandato 2001-2004.



CAE vota empréstimo ao Tocantins

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã, às 10h, mensagem autorizando o governo do Tocantins a adquirir empréstimo de US\$ 60 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Às 11h, a Comissão de Educação (CE) discute projeto (PLS 87/04) que garante a privacidade dos usuários de programas de computador, entre outros itens.

Rádio Senado promove debate sobre política de cotas raciais

A Rádio Senado exibe hoje, às 12h, especial de duas horas sobre a implementação da política de cotas raciais. O programa conta com a participação dos senadores Paulo Paim (PT-RS), autor do

Estatuto da Igualdade Racial, e Alberto Silva (PMDB-PI). O ouvinte pode participar ligando para o número (61) 311-1182 ou mandando e-mail para conexao@senado.gov.br.

CPI pode convocar Maluf

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza reunião administrativa amanhã, às 13h, quando poderá votar pedido de convocação de Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo. Após a ordem do dia, a Comissão Especial da Mulher discute o cronograma dos trabalhos do colegiado e sugestões dos membros.

Presidente da Petrobras

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, participa na quarta-feira, às 10h, de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele vai falar sobre as licitações feitas pela empresa para a construção de plataformas de petróleo, recentemente questionadas pela governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ações da União sobrecarregam Justiça estadual, afirma Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou a existência de 280 mil execuções da Fazenda Nacional tramitando na Justiça estadual paulista. A concentração desses processos federais em foro estadual decorre da "competência suplementar" prevista na Constituição, e a situação é semelhante em todos os estados, acrescentou.

De acordo com o senador, a Carta Magna, em seu artigo 109, estabelece que "serão processadas e julgadas na Justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam ainda processadas e julgadas pela Justiça estadual". Essa "competência suplementar" se estende a execuções previdenciárias, de autarquias e outras.

Causas trabalhistas

O parlamentar acrescentou que a disposição também existe para a Justiça do Trabalho, que delega aos juízes estaduais, na ausência de juntas de conciliação e julgamento nas comarcas, o processamento de causas trabalhistas. Nessas causas, enfatizou, a situação nos estados tem sido amenizada pela criação de juntas, mas não na Justiça Federal, o que explica as 280 mil execuções da Fazenda Nacional apenas nas mãos de magistrados paulistas.

— A verdade é que se criam novos mecanismos de ação sem lhes dar condições de pleno funcionamento — afirmou Lobão. O senador destacou que seu pronunciamento foi inspirado em carta recebida do juiz Ivan Sartori, do Tribunal de Alcada Criminal de São Paulo.



ATRIBUIÇÃO Problema se deve a competência prevista na Carta Magna, explica Edison Lobão

Célio Azevedo

Paim defende política definitiva para o mínimo

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs, na sexta-feira, que todos os projetos que tratam do salário mínimo, na Câmara e no Senado, sejam examinados em conjunto, para permitir a elaboração de uma política definitiva sobre o assunto.

Ele disse que a decisão da Câmara pelo piso salarial de R\$ 260, inferior

ao aprovado pelo Senado – R\$ 275 –, foi democrática, mas lembrou que continuará lutando “pela melhoria das condições de vida e pelos direitos dos trabalhadores e dos idosos”.

O parlamentar pediu aos milhões de brasileiros que dependem do salário mínimo que “não joguem a toalha, não desistam”, lembrando que essa é uma luta permanente e que faz parte da democracia ser derrotada. Paim considerou inaceitável a tese de desvincular o valor do salário mínimo dos trabalhadores da ativa e do sa-



Paulo Paim recomenda aos trabalhadores que “não joguem a toalha”

lário dos aposentados.

O senador informou que está escrevendo um livro, com auxílio dos consultores da Casa, relatando a história do salário mínimo, desde sua criação, em 1940, até 2004. Ele disse que se aterá aos fatos e contará em que períodos o salário efetivamente cresceu. A idéia, observou, é lutar para construir um salário mínimo que respeite o idoso e o trabalhador.

Brizola

Paim informou que compareceu, quinta-feira, ao enterro de Leonel Brizola, desempenhando missão do Senado, em companhia de Cristovam Buarque (PT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Heloísa Helena (sem partido-AL) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele destacou o respeito mostrado por todos à figura do ex-governador.

Mozarildo rebate críticas às emendas dos parlamentares

Ao protestar contra as críticas às emendas parlamentares ao Orçamento, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou, na sexta-feira, que esse procedimento é uma obrigação, pois, se o deputado ou o senador não apresentar essas emendas, estará sendo omissivo.

– Há uma malhação permanente contra as emendas que os parlamentares colocam no Orçamento. A exploração é sempre assim: o governo liberou as emendas para que os parlamentares votassem daquele jeito. Ficamos sendo tachados de que fomos comprados pela liberação de emendas. Fico muito indignado quando ouço pessoas importantes dos meios de comunicação dizerem que o senador fulano de tal liberou tantos mil reais, como se o senador estivesse fazendo uma bandidagem. Ele está



Quem não apresenta emenda é omissivo, afirma Mozarildo Cavalcanti

cumprindo com o seu dever perante o estado.

Para Mozarildo, por mais competentes que sejam os técnicos do governo, eles não conhecem as necessidades do povo como os parlamentares. “Eles sabem da realidade nacional, mas não são super-homens para saberem

mais do que aqueles que legitimamente foram eleitos para tratar dessas questões.”

Mozarildo Cavalcanti esclareceu que há diferentes tipos de emenda – a individual, por meio da qual cada parlamentar propõe recursos para atendimento a pedidos das prefeituras, universidades, colégios e instituições filantrópicas; a coletiva, pela qual a bancada define as prioridades da região e propõe recursos, de acordo com normas legais; e as das comissões.

Parecer sobre LDO tem regra para o reajuste do mínimo

Relatório inclui ainda uma série de medidas de caráter social a serem adotadas pelo Poder Executivo

O relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 determina que o salário mínimo terá, em 1º de maio do ano que vem, um reajuste real idêntico ao crescimento da economia brasileira em 2004. A proposta deve ser discutida amanhã, a partir das 15h, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Na prática, conforme o relatório, o valor do salário mínimo a ser tomado como base pelo governo para a elaboração do projeto de Orçamento de 2005 poderá ser aproximadamente 9,5% superior ao estabelecido para este ano. Os 9,5% representam a soma do crescimento de 3,5% do PIB em 2004 (previsão do governo) mais a inflação projetada de 6% de maio deste ano a abril próximo. O valor a ser obtido será tomado como base para as despesas da Seguridade Social que tenham como referência o salário mínimo.

O parecer de Garibaldi inclui ainda duas determinações ao Poder Executivo para colocar em prática o “choque social” de-



DECISÕES Comissão de Orçamento também deve examinar amanhã convocação de autoridades, créditos suplementares e relatórios do TCU

fendido, durante a votação da medida provisória do salário mínimo, pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF) e acolhido pelo relator da LDO, com modificações sugeridas pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado.

A primeira medida visa garantir prioridade, no projeto de Orçamento para 2005, a programas já existentes e vinculados com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, como Bolsa-Família, Farmácias Populares, Brasil Alfabetizado e Saúde da Família.

O segundo mecanismo previsto no parecer inclui a adoção, pelo Poder Executivo, de ações para recuperar o valor real do salário mínimo ao longo dos próximos dez anos; eliminar o analfabetismo até 2007; estender o programa Farmácias Populares a todo o Bra-

sil em três anos; agilizar a incorporação de novas famílias ao programa Bolsa-Família; além do envio ao Congresso de proposta criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional de Educação (Fundeb).

Os números da LDO projetam um crescimento do PIB de 4% em 2005, 4,5% em 2006 e 5% em 2007, com arrecadação de R\$ 433 bilhões em 2005 e de R\$ 475 bilhões e R\$ 517 bilhões nos dois anos seguintes. Com despesas estimadas em R\$ 388 bilhões em 2005, fixou-se a meta de um superávit fiscal do setor público de 4,25%.

Conforme determina a Constituição federal, o Congresso Nacional só pode entrar em recesso no mês de julho depois de aprovado o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CMO vai decidir sobre 2.525 emendas

As emendas apresentadas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 – no total de 2.525 – estão na pauta da reunião ordinária que a Comissão de Orçamento realizará amanhã, às 15h. O relator da matéria, senador Garibaldi Alves Filho, apresentou texto substitutivo à proposta encaminhada pelo Poder Executivo.

Também figuram na pauta da mesma reunião vários relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), requerimentos de convocação e créditos suplementares.

Os créditos são destinados para a Justiça Eleitoral e a Presidência da República (R\$ 10,4 milhões); Poderes Legislativo e Judiciário (R\$ 15,1 milhões); Ministérios da Defesa e da Jus-



PROPOSTA Garibaldi Alves Filho é o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias

tiça (R\$ 20,5 milhões); Justiça Eleitoral (R\$ 964 mil); Ministérios da Educação e de Minas e Energia (R\$ 46 mil); Ministérios da Justiça e da Defesa (R\$ 321,7

milhões); Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento Agrário (R\$ 433,4 milhões); Ministério das Cidades (R\$ 16,2 milhões); e Ministério dos Transportes (R\$ 140 milhões).

Os requerimentos a serem votados pela comissão propõem a convocação do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do ministro da Previdência Social, Amir Lando.

Entre os relatórios de iniciativa do TCU, está o que trata de irregularidades na execução das obras de construção de ligação viária integrante do Anel Rodoviário de Fortaleza. O parecer elaborado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) autoriza a execução orçamentária.

CPI decide amanhã convocação de Paulo Maluf

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga denúncias de evasão de divisas e sonegação fiscal, reúne-se amanhã, a partir das 13h, para apreciar diversos requerimentos, com destaque para o de convocação do ex-

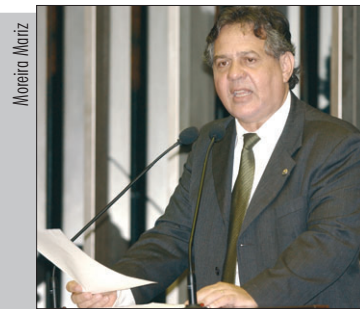
governador Paulo Maluf. As reuniões da CPI têm sido consecutivamente adiadas por falta de quórum.

Os adiamentos são consequência dos desentendimentos entre o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o relator, depu-

tado José Mentor (PT-SP). O PSDB afirma que Mentor quer evitar a convocação de Maluf. Por sua vez, Mentor insiste em convocar novamente à CPI o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o PT esta-

ria protegendo Maluf com a intenção de evitar críticas à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy. Mentor alega que não recebeu nenhum documento do Ministério Público contra Maluf e, por isso, não dispõe de elementos para convocar o ex-governador.



OPOSTOS Antero diverge de Mentor sobre depoimento do ex-governador de São Paulo



COTIDIANO Serys conta que 120 pessoas eram mantidas sob vigilância armada

Serys elogia ação de fiscais que libertou escravos em MT

A senadora Serys Slhessa-ренко (PT-MT) saudou em Plenário os grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho, que, na semana passada, foram responsáveis por libertar, em Mato Grosso, 120 pessoas que estavam submetidas a trabalho escravo em uma fazenda no norte do estado.

– Esse tema já deveria estar abolido dos discursos, mas persiste em nosso país. A gente pensa que os tempos avançam e o trabalho escravo não deixa de existir – lamentou Serys, que descreveu como os trabalhadores rurais são mantidos em condição de dependência e dívida com o proprietário das terras, sob vigilância armada.

Na ação dos fiscais, que teve a participação da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), narrou a senadora, os trabalhadores foram encontrados em moradias precárias com péssima higiene.

Serys, que participou de CPI da assembleia legislativa que investigou o trabalho escravo no estado, destacou a coragem e a bravura dos servidores públicos que compõem os grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho. Na função, disse, eles enfrentam situações perigosas, “com dignidade e honradez”.

Virgílio critica suposta cooptação de senadores

■ Ele refere-se à tentativa atribuída ao governo de tentar ampliar base com parlamentares pedetistas

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou, em pronunciamento no Plenário na sexta-feira, suposta tentativa atribuída ao governo federal de cooptar senadores da bancada do PDT para ampliar a sua base na Casa e enfrentar a firmeza que o Senado tem demonstrado em inúmeras votações.

– Brizola mal acabou de ser enterrado e já estão falando em dividir a bancada, como se ela fosse composta de senadores que pudessem ser colocados na prateleira com preço nas costas, que pudessem ser vitimados pela fisiologia “Planaltina”. Se ele acha que o Senado é um bunker, ele pode estar certo de que não toma o Senado de as-



BUNKER Virgílio: governo “não toma o Senado de assalto de jeito nenhum”

salto de jeito nenhum – afirmou o líder do PSDB, para quem o governo federal não tem conseguido maioria na Casa porque não consegue se entender com sua própria base.

Arthur Virgílio, que foi aos funerais de Brizola no Rio Grande do Sul na comitiva do vice-presidente da República, José Alencar, disse ter participado poucas vezes de evento

tão tocante. Para ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “se apequena” quando comparado a Brizola, porque Lula se desviou de seus compromissos, enquanto o político gaúcho era uma figura capaz de morrer pelas suas convicções.

Segundo Arthur Virgílio, Brizola tem uma biografia impecável que não permite a ninguém acusá-lo de ter sido dúvida em nenhum momento. Já Lula, observou Arthur Virgílio, deveria convocar cadeia nacional para fazer um *mea culpa*, admitindo que se beneficiou de votos que não eram dele.

Conforme o senador, em 17 meses, a renda média do trabalhador registrou a 15ª queda consecutiva. E o presidente, que havia prometido dobrar o salário mínimo em quatro anos, lembrou o senador, agora estigmatiza quem vota em um valor um pouco superior ao que foi determinado pelo Executivo.

Azeredo pede cautela aos otimistas

As expectativas do governo sobre o crescimento da economia podem estar superestimadas, disse o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O parlamentar pediu a transcrição nos Anais do artigo “Devagar com o andar”, de autoria do economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, segundo o qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cometeu um erro no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre.

De acordo com o artigo, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, os números da produção industrial do período estariam superestimados em quase 1%. Além disso, o texto questiona a metodologia de se multiplicar por quatro o crescimento do PIB no primeiro trimestre sobre



ERRO DE CÁLCULO Azeredo cita artigo assinado pelo economista Luiz Carlos Mendonça de Barros

o último trimestre de 2003 – de 1,6%. Na opinião do economista, o Brasil não está crescendo 6% ao ano, como teria afirmado recentemente o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– O artigo mostra que o otimismo deve ser contido – assinalou Azeredo, ao comentar as

observações feitas por Mendonça de Barros.

Ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo Fernando Henrique Cardoso, o autor do artigo citado pelo senador aponta ainda o desequilíbrio existente entre os níveis de atividade econômica entre os vários setores da economia brasileira.

Entre o primeiro trimestre de 2004 e o trimestre anterior, ressaltou, o consumo das famílias aumentou apenas 0,3%, enquanto a expansão das exportações alcançou a marca de 47%. “A economia está crescendo em razão do vigor de nossas exportações, mas ainda não chegou ao cidadão comum”, sustenta Mendonça.

Papaléo adverte para extração ilegal de madeira

Para corrigir as distorções no processo de aproveitamento da madeira na Amazônia, onde 50% do total extraído são ilegais, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou uma relação de reivindicações, entre as quais se destaca a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional de legislação relativa ao acesso à terra e sua exploração sustentável. Também é fundamental, disse ele, que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aprimore seus mecanismos de atuação, a começar pela ampliação do número de seus fiscais.

– Sem que se faça isso, estaremos prejudicando absurdamente as empresas que conseguem o “selo verde”, ou seja, a certificação de que sua madeira foi extraída de modo ecologicamente correto, em face da concorrência desleal da madeira extraída ilegalmente – afirmou o senador.

Papaléo destacou que a atividade madeireira gera cerca de 350 mil empregos diretos e indiretos, além de representar renda bruta anual de US\$ 2,5 bilhões. Mais de 2.500 empresas atuam no setor, distribuídas em 75 pólos concentrados.

Existem desde empresas certificadas até os “garimpeiros” da madeira, atuando, segundo Papaléo, na mais absoluta ilegalidade.



CERTIFICAÇÃO Papaléo defende medidas para proteger empresas que têm “selo verde”

Luiz Otávio: portos ainda não adequaram regras de segurança

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) alertou para o prazo exíguo que as operadoras de terminais marítimos no país têm para se adaptar às novas regras de segurança estabelecidas pelo Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS) contra atos terroristas. O prazo se esgota no dia 30 de junho e, segundo o senador, muitos portos ainda precisam se adequar.

– Quem não tiver certificado de segurança terá dificuldade para desembarcar suas mercadorias no exterior – avisou Luiz Otávio, citando expressamente o endurecimento das normas norte-americanas depois dos atentados de 11 de setembro de 2001.

Luiz Otávio disse que haverá dificuldades não só para quem exporta como também para as importações que trafegam pelos portos brasileiros. Ele informou que o Ministério da Justiça, responsável pela inspeção em terminais privados e em áreas públicas, está fazendo um mutirão para concluir esse trabalho e já conseguiu aprovar



MAIS RIGOR Prazo para adotar novas medidas termina dia 30 de junho, alerta Luiz Otávio

o plano de segurança de 165 das 194 instalações portuárias no país, além de fornecer termo de aptidão temporário até dezembro para os que não completaram suas obras, mas apresentam condições de segurança.

Em seu pronunciamento, o senador lamentou o falecimento do presidente do PDT, Leonel Brizola, e destacou a atuação do partido em seu estado, o Pará, onde o dirigente estadual e ex-presidente da assembleia legislativa, Martinho Carmona, poderá disputar a prefeitura de Belém, nas eleições municipais deste ano.

Certificação será obrigatória

A partir de 1º de julho, os portos brasileiros deverão ter planos de segurança certificados pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), responsável pela implantação das regras do ISPS. Após essa data, quem não estiver certificado não poderá receber navios provenientes dos países signatários do acor-

do – 162, incluindo o Brasil.

A Conportos estima que terá de certificar cerca de 170 instalações. Desse total, em maio já estavam aprovados 102 planos de segurança e 148 estudos de avaliação de riscos – primeira etapa para a certificação.

Em maio, o governo editou medida abrindo crédito para implantação do Sistema de Segurança nos Portos Nacionais.

José Jorge lê declaração de comitê de parlamentos

Ao informar sobre sua participação na 11ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o senador José Jorge (PFL-PE) leu a declaração aprovada de forma unânime pelos membros do Comitê Executivo da União Interparlamentar, do qual é representante da América do Sul.

O documento aborda temas como as estratégias de desenvolvimento de uma economia mundial globalizada, o fomento da capacidade produtiva e da competitividade in-



ESTRATÉGIAS Signatários defendem uma globalização mais justa, ressalta José Jorge

ternacional e a associação dos parlamentos.

De acordo com o documento, os apelos a favor de uma globalização justa não terão significado se a maioria das pessoas continuar à margem da interação. A declaração também recomenda que as empresas privadas devem aderir à legislação nacional e assumir suas responsabilidades sociais.

Senado pode votar PEC dos Vereadores e Lei de Falências

■ Caso conclua as votações em pauta, os parlamentares devem iniciar o exame da reforma do Judiciário

O Plenário do Senado deve votar nesta semana projetos importantes que não foram a exame por falta de acordo, a começar pela proposta que reduz de 60.276 para 55.214 o número de vereadores a serem eleitos no país em outubro próximo (PEC 55-A/01). A emenda foi discutida em segundo turno, mas não foi votada porque a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apresentou duas emendas de redação. Com isso, a PEC retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deve examinar as emendas amanhã, em reunião extraordinária. Assim, à tarde a matéria já estará no Plenário, para votação.

A pauta de amanhã prevê a votação, em regime de urgência, das emendas apresentadas ao projeto da nova Lei de Falências (PLC 71/03). O texto básico já foi aprovado, mas foram apresentadas várias emendas, as quais ainda estavam sob exame dos relatores na sexta-feira – senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Fernando Bezerra (PTB-RN). O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que já existe acordo sobre as alterações.

Também deve ser encerrada



RECURSOS Plenário também pode finalizar amanhã votação da proposta que aumenta a parcela da Cide destinada aos estados

amanhã a votação da PEC 17/04, que aumenta de 25% para 29% a parte destinada aos estados na arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre os combustíveis e destinada à construção e recuperação de rodovias.

ONGs

Consta da lista de votações projeto que trata do registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais (ONGs), de autoria de comissão parlamentar de inquérito que analisou o assunto no Senado (PLS 7/03). A matéria tramita junto com outro projeto (PLS 246/02) sobre o mesmo assunto, do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), para quem essas organizações atuam às vezes de forma ilegal, sem prestação de contas, situação inaceitável em outros países.

Se todos esses itens forem a

voto, os senadores devem ainda iniciar nesta semana o exame da reforma do Judiciário, um dos projetos mais importantes que a Casa vem discutindo (PEC 29/00). Essa decisão deve se prolongar até a semana seguinte, pois existe intenção dos parlamentares de pedir votação, em separado, de dezenas de emendas apresentadas à reforma, todas envolvendo pontos polêmicos.

Recesso

A semana será de intensa negociação política sobre uma possível convocação extraordinária do Congresso no recesso de julho. O líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), já manifestou intenção de pedir ao presidente da República a convocação, para que sejam votados projetos de interesse do governo. No Senado, no entanto, vários parlamentares mostraram-se contrários à convocação.

Licitação da Petrobras será debatida

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, deverá participar de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele vai apresentar esclarecimentos a respeito do contrato de construção da plataforma de exploração de petróleo PRA-1, que foi questionado pela governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus. A reunião, proposta pelo senador José Jorge (PFL-PE), será realizada na quarta-feira, a partir das 10h.

A governadora questionou a lisura da licitação da plataforma ao denunciar que a Petrobras escolheu uma proposta R\$ 80 milhões mais cara do que a



AUDIÊNCIA José Eduardo Dutra, presidente da empresa, fala sobre construção de plataforma

apresentada pelo estaleiro fluminense Mauá-Jurong. Dutra, em entrevista coletiva realizada recentemente, desmentiu Rosinha Matheus assegurando

que a proposta da Mauá-Jurong não contemplava os valores relativos aos seguros e aos serviços adicionais da unidade, além de ter sua proposta técnica reprovada pela direção da Petrobras.

As denúncias de Rosinha foram feitas em solenidade realizada com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando a Petrobras anunciou que a construção da PRA-1 custará R\$ 1,34 bilhão e ficará a cargo do consórcio baiano Odebrecht/Ultratech. A nova plataforma vai operar junto à P-52 e escoará a produção de petróleo da Bacia de Campos para refinarias no Rio e São Paulo.

Jucá comenta balanço das políticas sociais do governo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou em discurso a recente publicação do governo federal "A mudança já começou", um compêndio sobre as ações realizadas no primeiro ano de trabalho do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar comentou pontos do relatório cujo conteúdo é um balanço geral das políticas sociais implementadas em 2003, ressaltando a consistência dos programas e a pertinência das prioridades.

Jucá ressaltou os programas Bolsa Família e Fome Zero, que, segundo ele, buscaram cumprir o princípio da universalização da educação básica, da saúde, da assistência social, do saneamento e habitação, "tudo na perspectiva de uma política de inclusão social". O senador lembrou ainda a valorização da cultura nacional em sua versão mais regionalista e a justiça na segurança pública com o combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e ao contrabando de armas e drogas.

Sobre o Fome Zero, o representante de Roraima registrou que, de uma vez por todas, o Brasil introduziu o problema da fome na agenda nacional, "com o firme propósito de sua erradicação". Ao citar o texto de "A mudança já começou", o senador afirmou serem visíveis os sinais de transformação nos municípios onde o programa foi instaurado.

Na educação, Jucá destacou o programa da merenda escolar, que tem atendido a quase cinco milhões de crianças carentes e contribuído para o melhor aproveitamento do aprendizado. Quanto à alfabetização, o parlamentar ressaltou o atendimento a 840 municípios do semi-árido, superando a meta de três milhões de pessoas alfabetizadas em 2003.



ELOGIOS Jucá destaca que o problema da fome agora faz parte da agenda nacional



INCLUSÃO Senadores da CAE votam ainda projeto sobre os municípios abrangidos pela Adene

Dedução de gastos com educação pode ser integral

■ Comissão de Assuntos Econômicos pode também examinar a implementação do seguro educacional

Dois projetos voltados à educação estão na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã, a partir das 10h. Um dos projetos, de autoria do ex-senador Carlos Wilson, elimina o limite para dedução de despesas com educação na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e o outro trata da implementação do seguro educacional.

O Projeto de Lei do Senado 81/02 assegura ao contribuinte a possibilidade de deduzir integralmente do IRPF os gas-

tos educacionais, do pré-escolar a cursos de especialização ou profissionalizantes.

Quanto ao seguro educacional, objeto do PLS 226/02, o capital segurado deve ser aplicado no pagamento de mensalidades e, opcional ou adicionalmente, custear outras despesas escolares. Pode-se fixar ainda um valor para o prêmio, a ser pago ao final do 2º ou 3º grau, como incentivo à iniciação profissional.

Também será discutido pela CAE o projeto (PLS 364/03) do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que inclui os setores de comércio e prestação de serviços entre os beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Já o senador licenciado Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou o projeto (PLS 187/03)

que trata da inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Ainda na pauta da CAE a Mensagem do Senado 32/04, que autoriza a União a avaliar uma operação de crédito externo, no valor de até US\$ 60 milhões, entre o governo do Tocantins e o Banco Mundial.

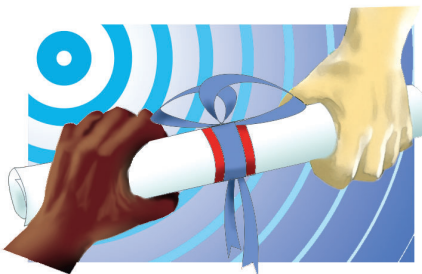
Todas essas matérias receberão parecer favorável de seus relatores e serão votadas em decisão terminativa, com exceção da mensagem do Senado sobre operação de crédito.

As matérias que são votadas em decisão terminativa não precisam ser examinadas pelo Plenário do Senado, seguindo direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso de pelo menos 10% dos senadores.

Rádio Senado promove debate sobre cotas

A Rádio Senado vai debater hoje as cotas raciais no programa *Conexão Senado*, que começa ao meio-dia e vai até as duas da tarde. Participam do debate os senadores Paulo Paim (PT-RS), autor do Estatuto da Igualdade Racial, e Alberto Silva (PMDB-PI), que considera as cotas na universidade uma espécie de *apartheid*.

Também opinam no programa o frei David Raimundo dos Santos, que coordena a Educafro – organização não-governamental que cuida da educação de afro-descendentes –, e o consultor do Senado João



Monlevade, autor de estudo sobre cotas no país. O programa mostra a opinião de estudantes da Universidade de Brasília (UnB) sobre a adoção do sistema de cotas. Se o ouvinte quiser participar é só ligar para 311-1182, ou mandar *e-mail* para *conexão@senado.gov.br*.

De 2 a 5 de julho, a Rádio Senado apresenta, dentro das comemorações do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial (3 de julho), o especial sobre o Quilombo dos Kalungas, resultado de um trabalho dos repórteres Larissa Bortoni e Maurício de Santi, que viajaram até os arredores da cidade goiana de Cavalcante.

Na localidade, os repórteres conviveram durante três dias com os kalungueiros, conhecendo a história e a cultura desses descendentes de escravos. Para o programa especial foi preparada uma trilha sonora exclusiva pelo músico Rodrigo Caldas.

Comissão definirá ações do Ano da Mulher/2004

A comissão especial criada para planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações do Ano da Mulher/2004 vai se reunir amanhã para definir o

cronograma de trabalho. A presidente do colegiado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), disse que os senadores deverão apresentar sugestões, inclusive dos nomes dos

convidados.

– Será uma reunião importante. Faremos uma avaliação e decidiremos as atividades que serão desenvolvidas até dezembro – informou Serys.

Legislação circense será debatida em comissão

A Comissão de Educação (CE) deverá analisar requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para que seja realizada audiência pública com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, o ator Marcos Frota e representantes dos circos Zanchettini, Norte-Americano, Stankovitz, Portugal e Real de Moscou. O objetivo é discutir a adaptação da legislação para facilitar o exercício das atividades circenses.

A reunião está marcada para amanhã, às 11h. Também está incluído na pauta parecer do senador José Maranhão (PMDB-PB) favorável ao projeto de lei (PLS 122/03) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que institui um sistema de avaliação da qualidade do ensino fundamental público. A intenção de Mercadante é criar um sistema que permita identificar as dificuldades nesse nível de ensino, para que soluções possam ser encontradas. O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou voto em separado pela rejeição da matéria. Outros três projetos de lei na pauta da CE tratam da criação de dias nacionais. Todos os pareceres são favoráveis.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) propõe o Dia Nacional da Consciência Negra (PLS 520/03). O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) quer instituir o Dia da Indústria Farmacêutica Nacional (PLS 435/03). Já o senador Tião Viana (PT-AC) sugere a instituição do Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase (PLS 32/04).



ADAPTAÇÃO Arns quer facilitar exercício das atividades do circo

Roosevelt Pinheiro



EMPENHO Lúcia Vânia lembra importância do trabalho da categoria para o país

Assistentes sociais têm homenagem de Lúcia Vânia

A importância do trabalho dos assistentes sociais, que comemoraram a sua data no dia 15 de maio, foi destacada, em discurso, pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela lembrou que o serviço prestado pela categoria “visa melhorar as condições de vida e cidadania da população brasileira, funcionando como uma rede de segurança para enfrentar problemas socioeconômicos”.

Lúcia Vânia ressaltou a complexidade e a heterogeneidade dos mecanismos de exclusão e desigualdade na sociedade brasileira, observando que sobre elas pesam a redução das taxas de fecundidade, o aumento da expectativa de vida ao nascer e o progressivo envelhecimento da população. “Isso significa que crescem as demandas dos grupos de maior idade por previdência, assistência social e serviços mais sofisticados de saúde”, observou.

Desemprego

A senadora chamou atenção para a desaceleração da geração de empregos nos segmentos econômicos mais dinâmicos, tendo como resultado as pressões pela ampliação dos direitos universais básicos, como educação, saúde, moradia, segurança e alimentação. Assim, hoje, mais do que no passado, se devem reforçar as funções de assistência social, em matéria de prevenção, proteção, promoção e integração sociais, afirmou a senadora por Goiás.

Viana quer ampliar a luta contra hanseníase no país

Projeto que aguarda decisão da Comissão de Educação institui dia nacional de combate à doença

Encontra-se na Comissão de Educação (CE), para decisão terminativa, projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC) que institui o último domingo de janeiro de cada ano como o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase. Viana, que é médico, informou que a medida tem por objetivo chamar a atenção de toda a sociedade para o problema e prestar informações a respeito de como

Roosevelt Pinheiro



MÉRITO Proposta de Viana visa chamar atenção da sociedade para a gravidade da moléstia

os portadores podem enfrentar a mais perniciosa consequência da doença: o preconceito.

O senador observa, na justificativa do projeto (PLS 32/04), que os pacientes com hanseníase, anteriormente conhecida como lepra, “têm a possibilidade de se verem livres da doença em um prazo de seis meses a dois anos, dependendo da forma clínica do acometimento”. Os medicamentos, informa, são distribuídos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Com base em dados do Ministério da Saúde, Tião Viana destaca que a região amazônica apresenta a maior incidência da doença. O estado de Rondônia está em primeiro lugar, com 22,72 casos por 10 mil habitantes, seguido por Mato Grosso, com 22,28 por 10 mil.

Patrícia propõe medida em favor da saúde do bebê

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) apresentou projeto que obriga as maternidades e hospitais da rede pública ou conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS) a utilizarem o registro do índice Apgar no prontuário do recém-nascido e transcrevê-lo no cartão da criança, após o parto.

O índice Apgar foi criado pela anestesista inglesa Virginia Apgar na década de 1950 e serve para avaliar as condições de vitalidade do bebê por meio de resposta a cinco itens do exa-

me físico realizado com 1, 5 e 10 minutos de vida, atribuindo notas para cada item avaliado.

A nota de 8 a 10 significa que o bebê nasceu em ótimas condições. A nota 7 mostra que o bebê teve uma dificuldade leve. De 4 a 6, indica uma dificuldade moderada, e de 0 a 3, uma dificuldade de ordem grave. Se os problemas não forem resolvidos em poucos minutos, podem levar a alterações metabólicas no organismo da criança, inclusive à anoxia (falta de oxigenação).

Célio Azevedo



PROCEDIMENTO Patrícia Saboya sugere adoção de índice para avaliar a vitalidade da criança

As crianças com diagnóstico de anoxia perinatal ou com média baixa no índice Apgar precisam de acompanhamento, principalmente na parte psicomotora.

Augusto pede mais ação contra diabetes

Em discurso no Plenário, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu ao Ministério da Saúde a ampliação de campanhas destinadas a alertar a população sobre como prevenir e controlar o diabetes, doença que já está sendo considerada epidêmica em todo o mundo. Atualmente, informou o senador, o diabetes atinge cerca de 7,6% da população brasileira entre 30 e 69 anos de idade, sendo a quarta principal causa de morte no país.

Para Augusto, o mais grave é que metade das pessoas com diabetes tem a doença e não sabe, já que ela evolui de forma

Célio Azevedo



PERIGO Augusto Botelho afirma que enfermidade é a quarta causa de morte no Brasil

lenta e silenciosa. E alertou que os principais sintomas da doença são sede excessiva, muita

fome, cansaço, emagrecimento e excesso de urina. Mas observou que o diabetes tem tratamento e pode ser controlado.

Augusto enalteceu o lançamento da cartilha denominada *Proposta Básica para a Assistência ao Diabético no Município*, elaborada por associações que atuam na luta contra a doença. A cartilha, informou o parlamentar, aborda tópicos como organizar campanhas de detecção de diabetes e de cadastramento de pacientes; aspectos legislativos e orçamentários e especificações técnicas relativas a medicamentos, reagentes e equipamentos.



EFICÁCIA Valmir Amaral elogia ação da comunidade e governo local para eliminar focos

Valmir Amaral destaca o combate ao hantavírus no DF

Apesar da preocupação suscitada pelos casos de hantavírus registrados em São Sebastião, no Distrito Federal, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) destacou o empenho da comunidade e das autoridades para livrar a localidade de focos da doença e oferecer assistência rápida à população.

– Mesmo antes de ser identificada, a misteriosa doença fez com que a população de São Sebastião se mobilizasse, de maneira diligente e ordeira, para combater focos de roedores e para evitar a ingestão de água de cisternas – comentou. Além do cuidado em consumir apenas água fervida, a comunidade foi orientada a não acumular lixo e manter os terrenos livres do mato.

A ação “enérgica e eficaz” do poder público se materializou, segundo Valmir Amaral, na coleta diária do lixo, na intensificação da desratização e na promoção de palestras nas escolas sobre medidas preventivas e de combate à hantavirose. Essa parceria levou o senador a afirmar sua confiança na rápida identificação e eliminação dos focos da doença, de forma a evitar que se espalhasse para outras áreas do Distrito Federal.

A doença é transmitida por meio da inalação de poeira contaminada com fezes de ratos silvestres, explicou. Os principais sintomas da moléstia, que se aloja no pulmão da vítima, são fortes dores no corpo, náuseas e vômitos.

– Não menos importante do que o combate à enfermidade é a identificação de suas causas, para que ela não volte a incidir sobre a nossa população – afirmou o parlamentar.

Consumo de álcool no país começa aos 11 anos

O alcoolismo é uma doença grave que atinge 10% da população brasileira. O consumo descontrolado do álcool atinge não só a saúde dos dependentes e a vida de seus familiares, mas se reflete no alto número de acidentes de trânsito e de trabalho e nos casos de violência doméstica e social.

Ao contrário de outras drogas que também afetam o sistema nervoso central, como a maconha, o álcool pode ser comercializado e usado livremente, com restrições apenas à

venda para menores. A ausência de uma política restritiva à comercialização e à publicidade de bebidas alcoólicas, segundo especialistas, seria responsável pelo alto consumo entre os jovens. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), os brasileiros começam a beber, em média, aos 11 anos. O estudo mostrou ainda que 70% da população já consumiu ou consome algum tipo de bebida alcoólica.

Para a OMS, quanto maior a frequência e a quantidade utilizada, maior é o risco de se tor-

nar dependente. A dependência é definida por um conjunto de sintomas e sinais, tais como o aumento progressivo do número de doses para obter a mesma sensação no organismo, a tolerância aos efeitos do álcool, a síndrome de abstinência quando a substância não é ingerida e os problemas de relacionamento associados ao uso da bebida.

Essa edição traz a legislação, o teste criado pelos Alcoólicos Anônimos e as informações sobre onde encontrar tratamento para a doença.

Tratamento

O alcoolismo é uma doença crônica e progressiva, sem cura, mas que pode ser tratada. O tipo de tratamento vai depender de cada caso, mas geralmente o paciente necessita de desintoxicação, ajuda psicológica e uso de medicamentos. Há em todo o país 60 Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas (Caps), especializados no atendimento ao dependente, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, há várias opções de grupos de auto-ajuda, gratuitos, como os Alcoólicos Anônimos (AA), atuando no país. Só o AA possui mais de 6 mil em atividade atualmente. Para saber a localização do Caps mais próximo de sua residência, ligue para o Disque Saúde. Já o AA fornece a localização dos seus grupos pela Central de Atendimento.



Os Alcoólicos Anônimos desenvolveram 12 perguntas para ajudar na identificação do problema do alcoolismo

- 1 - Já tentou parar de beber por uma semana (ou mais), sem conseguir atingir seu objetivo?
- 2 - Ressente-se com os conselhos dos outros que tentam fazê-lo parar de beber?
- 3 - Já tentou controlar sua tendência de beber demais, trocando uma bebida alcoólica por outra?
- 4 - Tomou algum trago pela manhã nos últimos doze meses?
- 5 - Inveja as pessoas que podem beber sem criar problemas?
- 6 - Seu problema de bebida vem se tornando cada vez mais sério nos últimos doze meses?
- 7 - A bebida já criou problemas no seu lar?
- 8 - Nas reuniões sociais onde as bebidas são limitadas, você tenta conseguir doses extras?
- 9 - Apesar de prova em contrário, você continua afirmando que bebe quando quer e pára quando quer?
- 10 - Faltou ao serviço, durante os últimos doze meses, por causa da bebida?
- 11 - Já experimentou alguma vez 'apagamento' durante uma bebedeira?
- 12 - Já pensou alguma vez que poderia aproveitar muito mais a vida se não bebesse?

Resultado: se você respondeu positivamente a quatro perguntas ou mais, é provável que tenha um problema sério de bebida, ou poderá tê-lo no futuro.

Projetos restringem propaganda e comércio

A Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41), em seu artigo 62, prevê pena de prisão de 15 dias a três meses, ou multa, para quem se apresenta publicamente em estado de embriaguez, causando escândalo ou pondo em perigo a segurança própria ou alheia. O artigo 63 pune quem serve bebidas alcoólicas para menor de 18 anos e para quem se acha em estado de embriaguez. A pena, nesse caso, é prisão simples, de dois meses a um ano, ou multa.

O artigo 4º da Lei Murad (Lei 9.294/96) proíbe a propaganda comercial de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão entre 6h e 21h. Porém, na regulamentação, a restrição foi limitada às bebidas com teor alcoólico superior a 13 graus Gay Lussac, caso dos destilados. A inobservância da norma é penalizada com advertência, suspensão da publicidade, apreensão do produto e multa.

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), no artigo 165, caracteriza como infração gravíssima dirigir após ter ingerido álcool em nível superior a seis decigramas por litro de sangue ou de qualquer substância entorpecente. A pena é de multa e suspensão do direito de dirigir. Já o artigo 306 penaliza com detenção de seis meses a três anos, multa e suspensão, ou proibição de obter a permissão ou habilitação, quem conduz veículo após o consumo de álcool, colocando em risco a vida de pessoas.

Propostas

Na Câmara, tramita o projeto (PL 4.846/94) que proíbe a publicidade de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e ginásios esportivos e sua venda às margens das rodovias federais em razão de sua influência no número de acidentes. O projeto também estabelece que a propaganda de bebidas no rádio e na TV só poderá ser realizada após as 22h e com a advertência: "O consumo de bebidas alcoólicas é prejudicial à saúde".

No Senado, Edison Lobão (PFL-MA) sugere a instalação de comissão especial para analisar e unificar as propostas em tramitação sobre a publicidade de bebidas. Para o senador, o Legislativo tenta disciplinar a propaganda de bebidas há dez anos, mas os projetos, na opinião do senador, se apresentam contraditórios e incoerentes. Estão tramitando em conjunto os Projetos de Lei 63, 97, 159 e 453, todos de 1999; e o PLS 55, de 2000, propondo restrições à propaganda comercial de bebidas alcoólicas e obrigando a veiculação de advertência sobre os malefícios do álcool. O consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros também é matéria de projeto (PLS 104/99) de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR) e de proposta (PLS 107/99) do então senador Moreira Mendes. Segundo Jucá, a suspensão do consumo de bebidas alcoólicas a bordo poderia diminuir o preço das tarifas e evitaria os problemas causados por passageiros alcoolizados.

Informações úteis

Disque Saúde: 0800 61-1997
Alcoólicos Anônimos
Central de Atendimento 24 horas:
(11) 3315-9333
www.alcoolicosanonimos.org.br
Escritório de Serviços Gerais Al-Anon (Esga)
Tel: (11) 3331-8799
www.al-anon.org.br
Narcóticos Anônimos Central
SP: (11) 3101-9626, RJ: (21) 2533-

5015, Campinas (SP): (19) 3255-6688
www.na.org.br
Nar-Anon
Tel: (21) 2283-0896 e
(21) 2263-6595
www.naranon.org.br
Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid)
Tel: (11) 5539-0155
www.cebrid.epm.br

Associação Brasileira de Estudos de Álcool e outras Drogas (Abead)
Tel: (11) 3085-4815
www.abead.com.br
Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (Grea)
Tel: (11) 3081-8060
www.grea.org.br
Diga Não às Drogas
www.diganaoasdrogas.com.br
ajuda@diganaoasdrogas.com.br

Centro Utilitário de Intervenção e Apoio aos Filhos de Dependentes Químicos (Cuida)
Tel: (11) 5833-8234
www.uniad.org.br/cuida
Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas
Tel: (11) 5575-1708 e 5576-4341
www.uniad.org.br
Alcoolismo
www.alcoolismo.com.br